

Prefeitura Municipal de Roseira



LEI N° 167

OFICIO N°

Estatui normas gerais
para a Administração
Municipal.

JOVEM POLYDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROSEIRA, faço
saber que a Câmara Municipal de Roseira aprova e eu sanciono o pro-
mulgo a seguinte lei:

Título I

Parte Geral

Capítulo I

Dos Princípios Norteadores da Ação Administrativa

Art. 1º - A Prefeitura adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do governo municipal.

Art. 2º - O Planejamento compreenderá a elaboração dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Lei Orgânica dos Municípios, Art. 79);

II - Plano Plurianual de Investimentos (Constituição Federal, Art. 63, § único, Lei Federal 4320/64, Art. 23);

III - Programa anual de trabalho (Lei 4320, Art. 26)

IV - Orçamento Programa (Lei 4320/64, Art. 27 - Lei Orgânica dos Municípios, Art. 70)

Art. 3º - As atividades da administração municipal, e especialmente a execução de planos e programas de governo, serão objeto de permanente coordenação.

Art. 4º - A coordenação será exercida em todos os níveis de administração, mediante atuação das chefias individuais, realização periódica e sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

Art. 5º - A Prefeitura recorrerá, para a execução de obras e serviços, sempre que admissível, e aconselhável, mediante contrato concessão, permissão ou convenio, a pessoas ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e ampliação desnecessária do quadro de servidores.

Art. 6º - A administração municipal, além das controles formais, concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da atuação de seus diversos órgãos e agentes.

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 2

OFICIO N.o.....

Art. 7º - Os serviços Municipais deverão ser permanentemente atualizados, visando a modernização e racionalização dos métodos de trabalho, com o objetivo de proporcionar melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões, sempre que possível, com execução imediata.

Art. 8º - Para a execução de seus programas a Prefeitura poderá utilizar-se de recursos colocados à sua disposição, por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ou consorciar-se com outras entidades, para solução de problemas comuns e melhor aproveitamento de recursos financeiros e técnicos.

Art. 9º - A administração Municipal deverá promover a integração da comunidade na vida político-administrativa do Município, através de órgãos coletivos, compostos de servidores municipais, representantes de outras esferas de governo e Municipais com atuação destaca na coletividade, ou com conhecimentos específicos de problemas locais.

Art. 10 - A Prefeitura procurará elevar a produtividade dos seus servidores, evitando o crescimento de seu quadro de pessoal, através da seleção rigorosa de novos servidores e do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores existentes, a fim de possibilitar o estabelecimento de níveis adequados de remuneração e a ascensão sistemática a funções superiores.

Art. 11 - Na elaboração e execução de seus programas, a Prefeitura estabelecerá o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço, e o atendimento do interesse coletivo.

Capítulo II

Da Estrutura

Art. 12 - A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Roseira, compõe-se dos seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Prefeito
- II - Assessoria de Planejamento;
- III - Secretaria;
- IV - Procuradoria Jurídica;
- V - Departamento de finanças;
- VI - Departamento de Administração;
- VII - Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;
- VIII - Departamento de Obras e Viação;
- IX - Departamento de Águas e Esgotos;
- X - Departamento dos Serviços Municipais.

Capítulo III

Da Competência

Art. 13 - O Gabinete do Prefeito é o órgão de Assistência do Prefeito para funções políticas, atendimento de munícipes e de li-

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 3

OFICIO N.o

gação com os demais poderes e autoridades, assim como realizações públicas, inclusive as de representação e divulgação.

Art. 14 - A Assessoria de Planejamento é o órgão de planejamento governamental, competindo-lhe coordenar a elaboração e acompanhar a execução de planos e programas pelos órgãos da Administração Municipal, coordenar a elaboração do orçamento-programa do Município, e controlar a execução do orçamento de investimentos e do plano diretor de desenvolvimento integrado.

Art. 15 - A Secretaria é o órgão de assessoramento do Prefeito nos assuntos administrativos, competindo-lhe coordenar os seus contatos com os municípios e com entidades federais, estaduais e municipais; executar os serviços de divulgações e fazer executar os serviços de expediente e demais tarefas administrativas correlatas.

Art. 16 - A Procuradoria é o órgão responsável pelas atividades de consultoria nos assuntos jurídicos da Prefeitura, arrecadação judicial da Divisa Ativa, redação de normas legais, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda a matéria jurídica que lhe for submetida pelo Prefeito e demais órgão do Executivo.

Art. 17 - O Departamento de Finanças é o órgão encarregado da execução da política financeira e fiscal do Município, bem como as atividades relativas à lançamento de tributos e arrecadação de rendas Municipais, fiscalização de contribuintes, recebimento, guarda e movimentação de valores, despesa, contabilidade e Patrimônio, elaboração do orçamento e controle de sua execução, e assessoramento do Prefeito em assuntos econômico-financeiros.

Art. 18 - O Departamento de Administração é o órgão incumbido de exercer as atividades ligadas à administração geral da Prefeitura, no que concerne a Pessoal, material, zeladoria e transportes bem como as de Alistamento e Serviço Militar e Cadastro Imobiliário do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Art. 19 - O Departamento de Obras e Viação é o órgão responsável pelas atividades de execução e conservação de obras Municipais, construção de estradas e caminhos municipais, abertura, pavimentação e conservação de vias e logradouros públicos, licenciamento e fiscalização de obras particulares, e as pertinentes ao sistema de transportes da municipalidade.

Art. 20 - O Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, é o órgão responsável pelas atividades educacionais do Município, especialmente as relativas à educação primária, distribuição e controle da alimentação escolar, desenvolvimento do esporte e turismo, e outras correlatas de cultura, recreação, esportes e turismo.

Art. 21 - O Departamento de Águas e Esgotos, é o órgão que tem por finalidade a execução de atividades ligadas ao Estudo, projeto, administração, operação e manutenção do serviço de abastecimento de água à população, e bem assim, o de esgotos sanitários do Município.

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 4

OFICIO N.o _____

Art. 22- O Departamento dos Serviços Municipais, é o órgão incumbido da execução dos serviços de: Limpeza Pública, Matadouros, / Mercados e Feiras, Cemitérios Parque & Jardins.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais

Art. 23 - Fica instituída a Comissão de Planejamento, órgão consultivo e de assessoramento do Prefeito, competindo-lhe opinar sobre as atividades relacionadas com o planejamento Municipal, bem como colaborar na elaboração e execução do Plano Diretor do Desenvolvimento Integrado do Município.

§ único - Os membros da Comissão Municipal de Planejamento, que não perceberão remuneração, sob quaisquer títulos, bem como, suas funções e atribuições, serão regualadas por regulamento próprio, bixa do pelo Poder Executivo.

Art. 24 - Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo, / órgão consultivo, de assessoramento e executor, subordinado diretamente ao Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, e ao Prefeito Municipal.

§ único - As funções do Conselho Municipal de Turismo, constarão de regulamento próprio, a ser aprovado por decreto, o qual indicará a sua composição, as normas básicas do seu funcionamento, e as atribuições de seus membros, que não receberão remuneração, sob qualquer título.

Art. 25 - Fica instituída a Comissão Municipal de Esportes , órgão consultivo, de assessoramento e executor, subordinado diretamente ao Diretor do Departamento de Educação, cultura, esportes e turismo e ao Prefeito Municipal.

§ único - As funções do Comissão Municipal de Esportes, constarão de regulamento próprio, a ser aprovado por decreto, o qual indicará a sua composição, as normas básicas do seu funcionamento e as atribuições de seus membros, os quais não receberão remuneração sob qualquer título.

Art. 26 - Na medida em que forem sendo instalados os órgãos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, prevista nesta lei, serão extintos automaticamente os atuais órgãos , ficando o Prefeito Municipal autorizado a promover as necessárias transferências de pessoa, verbas, atribuições e instalações.

TITULO II

Parte Especial

Capítulo I



Prefeitura Municipal de Roseira

Fls. 5

OFICIO N.o

Do Pessoal

Seção 1a

Dos Cargos

Art. 27 - Em obediência à Organização Administrativa da Prefeitura Municipal, de que trata a presente lei, ficam extintos todos os cargos e funções existentes na Administração Municipal Executiva.

Art. 28 - Fica criado na Prefeitura Municipal de Roseira o / seguinte quadro de pessoal:

- I - Um Secretário do Prefeito;
- II - Um Secretário da Prefeitura;
- III - Um Assessor de Planejamento
- IV - Um Procurador Jurídico;
- V - Um Diretor do Departamento de Finanças;
- VI - Um Diretor do Departamento de Administração;
- VII - Um Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;
- VIII - Um Diretor do Departamento de Águas e Esgotos;
- IX - Um Diretor do Departamento de Obras e Viação;
- X - Um Diretor do Departamento dos Serviços Municipais;
- XI - Um Chefe de Contabilidade;
- XII - Um Contador;
- XIII - Um Lançador;
- XIV - Um Fiscal;
- XV - Três Escriturários;
- XVI - Um Tesoureiro;
- XVII - Um Chefe do Serviço do Pessoal;
- XVIII - Um Almoxarife;
- XIX - Um Contínuo da Prefeitura;
- XX - Um Secretário da Junta de Seviço Militar;
- XXI - Um Secretário da Unidade Municipal de Cadastramento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA);
- XXII - Um Professor Primário;
- XXIII - Um Supervisor da Merenda Escolar;
- XXIV - Um Chefe do Serviço de Obras e Conservação;
- XXV - Um Chefe do Serviço de Trânsito;
- XXVI - Um Chefe Do Serviço Rodoviário Municipal;
- XXVII - Um Encarregado da Limpeza Pública;
- XXVIII - Um Zelador de Cemitério;
- XXIX - Um Coveiro;
- XXX - Um Administrador de Matadouro;
- XXXI - Um Magarefe;
- XXXII - Um Encarregado de Parques e Jardins;
- XXXIII - Um Encarregado de Mercados e Feiras;

Art. 29 - Ao Secretário do Prefeito compete:

- 1 - Assistir o Prefeito nas suas relações públicas;
- 2 - Assistir o Prefeito nas suas relações com os Municípios e autoridades federais, estaduais e municipais;
- 3 - marcar e controlar as audiências do Prefeito;



Prefeitura Municipal de Roseira

Fls. 6

OFICIO N.o

- 4 - Receber, minutar e controlar a correspondência do Prefeito;
 - 5 - Colaborar na elaboração do relatório anual do Prefeito à Câmara;
 - 6 - Elabora a agenda de atividades e programas oficiais do Prefeito, controlando a sua execução;
 - 7 - Preparar, diariamente, em coordenação com os diretores dos Departamentos e chefes de serviço, o expediente a ser assinado pelo Prefeito, ou os papéis e processos a serem despachados, controlando os prazos e encaminhando para publicação, quando for o caso;
 - 8 - Organizar o arquivo de papéis e documentos que interessem diretamente ao Prefeito;
 - 9 - Acompanhar a tramitação dos projetos de lei na Câmara Municipal, e manter o indicador respectivo;
 - 10 - Executar tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal;

Art. 30 - Ao Secretário da Prefeitura compete:

- 1 - Atender e encaminhar aos órgãos competentes, de acordo com o assunto que lhes dêsser fespeito, as pessoas que solicitarem informações, comunicações e despachos em geral, de interesse da Prefeitura;
 - 2 - Preparar relatórios, pareceres, portarias, resoluções, comunicações e despachos em geral, de interesse da Prefeitura;
 - 3 - Coalborar na elaboração do Relatório anual do Prefeito à Câmara / Municipal;
 - 4 - Assessorar o Prefeito nas suas relações públicas;
 - 5 - Organizar o arquivo de documentos e papéis de interesse da Secretaria;
 - 6 - Executar tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 31 - Ao Assessor do Planejamento compete:

- 1 - Assessorar o Prefeito no planejamento, na organização e coordenação das atividades da Prefeitura Municipal;
 - 2 - Estudar permanentemente o funcionamento dos Serviços Municipais, / propondo providências visando o seu constante aprimoramento;
 - 3 - Coordenar a elaboração do Orçamento Programa do Município;
 - 4 - Promover a elaboração, atualizar e controlar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, cobendo-lhe / especialmente :
 - a) os estudos e pesquisas sobre problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e físico do Município, visando a fixação de normas e diretrizes básicas para a elaboração de planejamento e programas parciais de investimentos Municipais;
 - b) controle da execução física desses planos, elaborando os respectivos relatórios, para apresentação, quando for o caso, as / entidades financeiras.
 - c) assistência técnica aos órgãos da Prefeitura, especialmente / nso períodos de elaborações de propostas a serem consideradas / e formulações de planos Municipais;
 - 5 - Executar tarefas correlatas que forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Roseira



OFICIO N.o

Fls. 7

Art. 32 - Ao Procurador Jurídico compete:

- 1 - Assessorar o Prefeito nos assuntos jurídicos da Prefeitura Municipal;
- 2 - Defender, judicial e extrajudicialmente os direitos e interesses / da Prefeitura Municipal;
- 3 - Elaborar pareceres sobre consultas formuladas pelo Prefeito e pelos demais órgãos da Prefeitura, relativas a assuntos de natureza jurídico-administrativa e fiscal;
- 4 - Redigir ou examinar projetos de lei, justificativas de vetos, de decretos, regulamentos, contratos, questões sobre legislação federal, estadual ou Municipal, cientificando o Prefeito dos assuntos de interesse da Prefeitura;
- 5 - Promover a cobrança judicial da Dívida Ativa e de quaisquer outros créditos do Município, que não tenham sido liquidados nos prazos legais e regulamentares;
- 6 - Prestar a necessária assistência nos atos executivos, referentes a desapropriações, alienações e aquisições de bens imóveis pela Prefeitura Municipal, assim como nos contratos em geral;
- 7 - Participar de inquéritos administrativos e dar-lhes a orientação / competente;
- 8 - Executar tarefas correlatas que forem determinadas pelo Prefeito / Municipal;

Art. 33 - Ao Diretor do Departamento de Finanças compete:

- 1 - Executar e orientar a política financeira e fiscal Município, bem como exercer as atividades relacionadas a lançamentos, de tributos e arrecadação de rendas municipais, a fiscalização dos contribuintes; ao reembolso, guarda e movimentação de valores; a despesa, contabilidade e Patrimônio, e ao assessoramento do Prefeito em assuntos econômico-financeiros;
- 2 - Colaborar e participar da elaboração do Orçamento e no controle de sua execução;
- 3 - Executar tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 34 - Ao Diretor do Departamento de Administração compete:

- 1 - Execução das atividades relativas à administração do pessoal e material, ao expediente, comunicações e protocolo, a zeladoria, ao controle da utilização e manutenção de veículos;
- 2 - Executar tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo Prefeito.

Art. 35 - Ao Diretor de Serviço de Obras e Viação compete:

- 1 - Executar, orientar e controlar a execução e conservação de obras e próprios Municipais, construções, conservação e melhoramentos de caminhos Municipais, abertura, pavimentação e conservação de vias e logradouros públicos, licenciamento e fiscalização de obras particulares;
- 2 - Executar, orientar e controlar a execução do sistema de transportes.

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 8

OFICIO N.o.....

tes do Município.

3 - Executar tarefas correlatas que forem determinadas pelo Prefeito / Municipal.

Art. 36 - Ao Diretor dos Serviços Municipais compete:

1 - Executar, orientar e controlar a execução do serviço de limpeza pública, construção e conservação de parques, praças e jardins, mercados feiras, matadouros, cemitérios e demais serviços Urbanos Municipais;

2 - Executar tarefas correlatas que forem determinadas pelo Prefeito / Municipal.

Art. 37 - Ao Diretor do Departamento de Águas e Esgotos compete:

1 - Planejar, em coordenação com o Departamento de Obras e Viação, o / sistema de abastecimento de água e da rede de esgotos sanitários do Município, executando diretamente ou através de contratos com empresas / ou entidades especializadas, as obras que se fizerem necessárias, especialmente as de construção, remodelação ou ampliação das redes respectivas, procedendo a elaboração de projetos especificações e orçamentos;

2 - Supervisionar e controlar a manutenção de estações de bombeamento e tratamento de água e esgotos;

3 - Dar parecer sobre projetos de iniciativa particular, relacionados com abastecimentos de água e a coleta de esgotos, fornecimento à origem que se fizer necessária, aprovando, se for o caso, os projetos de instalações residenciais, industriais e comerciais;

4 - Executar tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 38 - Aos Chefs, Encarregados e Administradores de serviço compete:

1 - Supervisionar, orientar e coordenar as atividades desenvolvidas pelos seus respectivos órgãos;

2 - Proferir despachos, decisórios em processos atinentes a assuntos de competência dos órgãos que dirigem, e interlocutórios naquele cuja decisão esteja fora do âmbito de sua atribuições;

3 - Encaminhar, anualmente, ao Prefeito, relatório sobre os serviços realizados pelo órgão sob sua direção;

4 - Sugerir e solicitar ao seu Superior Imediato as providências que julgar necessárias para copiar ou manter o bom andamento dos serviços sob sua responsabilidade;

5 - Solicitar ao seu Superior Imediato, servidores para preenchimento das funções que lhe estão subordinadas;

6 - Propor ao seu superior imediato a instauração de sindicâncias ou inquéritos administrativos sobre irregularidades ocorridas em seu órgão;

7 - Supervisionar a elaboração da proposta Orçamentária dos órgãos / subordinados, dando-lhes, a seguir, o encaminhamento rotineiro;

8 - Comunicar ao Departamento de finanças, as transferências de bens móveis, para efeito de atualização de registro;

9 - Prestar ao seu Superior Imediato informações e esclarecimentos sobre assuntos em fase final de discussão ou que devam subir à consideração

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 9

OFICIO N.o

- ração superior;
10 - Promover a movimentação de pessoal nas unidades administrativas / que lhes estão subordinadas, procedendo à imediata comunicação ao órgão de Pessoal da Prefeitura;
11 - Executar tarefas correlatas que forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 39 - Compete aos servidores das funções subordinadas , além da observação da hierarquia de serviço, e capacidade técnica, quando for o caso, as seguintes atribuições:

- 1 - Dirigir, controlar e executar os trabalhos que são afetos, respondendo pelos encargos a elos atribuídos;
- 2 - Providenciar o fornecimento dos materiais necessários ao seu serviço, bem como, reparos em moveis, máquinas e instalações;
- 3 - Representar ao seu superior imediato sobre irregularidades ocorridas no seu serviço;
- 4 - Executar tarefas que lhes forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 40 - O preenchimento dos cargos técnicos e especializados obedecerá ao disposto neste artigo.

§ 1º - Será exigido para o cargo de Diretor do Departamento de finanças: - Diploma de contador ou técnico em contabilidade.

§ 2º - Será exigido para o cargo de contador: - Diploma de contador ou técnico de contabilidade.

§ 3º - Será exigido para o cargo de Diretor do Departamento de Educação, cultura, esportes e turismo: - Diploma de professor primário, cu de ciclos superiores.

§ 4º - Será exigido para o cargo de assessor do Planejamento:
a) - Diploma de contador ou técnico de contabilidade;
b) - Diploma expedido por faculdade de ciências econômicas ou administrativas, ou de direito, de cujo currículo constem as cadeiras de direito financeiro ou ciência das finanças, e economia política.

Art. 41 - Serão de provimento em comissão os seguintes cargos:

- a) Secretário do Prefeito;
- b) Secretário da Prefeitura;
- c) Assessor de Planejamento;
- d) Procurador Jurídico;
- e) Diretor do Departamento de Finanças;
- f) Diretor do Departamento de Administração;
- g) Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;
- h) Diretor do Departamento de Águas e Esgotos;
- i) Diretor do Departamento de Obras e Viação;
- j) Diretor do Departamento dos Serviços Municipais;
- k) Um chefe da Contabilidade;
- l) Supervisor da Merenda Escolar;

Art. 42 - Os cargos de chefia, sempre vagos, poderão ser pre-

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 10

OFICIO N.o

-enchidos em comissão.

Art. 43 - Os cargos constantes desta lei, excetuados os de provimentos em comissão, poderão ser preenchidos pelo regime do funcionalismo, ou pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Capítulo II

Dos Vencimentos

A Art. 44 - Para efeito de vencimentos, fica estabelecido o seguinte quadro de vencimentos:

referência nº	Vencimentos mensais NCRF
1	150,00
2	180,00
3	200,00
4	250,00
5	300,00
6	350,00
7	400,00
8	450,00

Art. 45 - Perceberão os vencimentos da referência "1" os seguintes cargos: contínuo, lamoxarife, coveiro, zelador de cemitério, magarefe, Encarregado de parques e jardins, encarregado de feiras e mercados, administrador de matadouro.

Art. 46 - Perceberão os vencimentos da referência "2" os seguintes cargos: Secretário da Junta de Serviço Militar, Secretário da UMC do IBRA, escriturário, lançador.

Art. 47 - Perceberão os vencimentos da Referência "3" os seguintes cargos:- Secretário do Prefeito, Secretário da Prefeitura, Diretor do Departamento dos Serviços Municipais, tesoureiro, Chefe do Seviço do Pessoal, Supervisor da Merenda Escolar e Fiscal.

Art. 48 - Perceberão os vencimentos da referência "4" os seguintes cargos: - Contador, Encarregado da Limpeza Pública, Diretor do Departamento de Administração.

Art. 49 - Perceberão os vencimentos da referência "5" os seguintes cargos: - Chefe da Contabilidade, Procurador Jurídico, Chefe do Serviço de Trânsito e Chefe do Serviço Rodoviário Municipal.

Art. 50 - Perceberão os vencimentos da referência "6" os seguintes cargos:- Professor Primário, Chefe do Serviço de Obras e conservação, Diretor do Departamento de finanças, diretor do Departamento de Administração, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos.

Art. 51 - Perceberão os vencimentos da referência "7" os seguintes cargos:- Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo e diretor do Departamento de Obras e Viação.

Prefeitura Municipal de Roseira



Fls. 11

OFICIO N.o

Art. 52 - Perceberá o vencimento da referência "8" o cargo de Assessor de Planejamento.

TITULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 53 - Além dos vencimentos de seu cargo, perceberá o procurador jurídico a percentagem de 20% (vinte por cento) sobre a cobrança executiva da dívida ativa, percentagem esta que será acrescentada ao valor da dívida e arrecadada juntamente com esta do contribuinte faltoso.

Art. 54 - Ficam excluídos do cumprimento do horário obrigatório de expediente os cargos de Procurador Jurídico e Assessor de Planejamento em virtude da peculiaridade do serviço.

Art. 55 - Os cargos criados pela presente serão preenchidos com o aproveitamento, até onde for possível, dos servidores existentes e na medida das necessidades preenchidos os restantes, atendendo às disponibilidades financeiras e às bases, dígo, normas legais relativas à despesa com o pessoal.

Art. 56 - Para atender aos encargos criados ou decorrentes da presente lei, fica o poder executivo autorizado a abrir créditos especiais e suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total do orçamento, à conta dos recursos disponíveis.

Art. 57 - O Prefeito Municipal deverá regulamentar a presente lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 58 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Roseira, 2 de julho de 1969

Jovem Polidoro
JOVEM POLIDORO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria/da Prefeitura em 02 de julho de 1969

P/ SECRETARIO